

## **A derradeira expansão da fronteira: a "conquista" definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801**

**Elisa Frühauf Garcia\***  
Bolsista Capes

Em 27 de fevereiro de 1801, pressionada pela França, a Espanha declarou guerra a Portugal. Segundo Valentim Alexandre, esta declaração de guerra e o conflito daí originado, conhecido com a "guerra das laranjas", não foram desejados nem desenvolvidos com muito empenho pelos espanhóis. Isto é corroborado pelo fato das relações diplomáticas entre as Cortes Ibéricas terem se mantido durante o breve conflito e todo o seu desenrolar ter sido acompanhado por negociações de paz. Por outro lado, as campanhas militares progrediram com extrema morosidade, restringiram-se às áreas fronteiriças e duraram apenas duas semanas, de 19 de maio a 8 de Junho <sup>1</sup>. Após pouco mais de três meses de estado de guerra, as Coroas Ibéricas assinaram o Tratado de Badajoz, celebrando a paz entre ambas <sup>2</sup>.

Tal como ocorreu ao longo de todo o século XVIII, novamente os conflitos entre os estados europeus refletiram-se nas suas possessões ultramarinas, algumas vezes, como é o caso, com maiores desdobramentos nas colônias do que nas metrópoles. A declaração de guerra ensejou nos colonos estabelecidos no sul da América portuguesa as pretensões que vinham alimentando, havia mais de meio século, pela posse dos Sete Povos das Missões situados na margem oriental do rio Uruguai.

Os luso-brasileiros anexaram ao território português os Sete Povos e os seus domínios sem encontrarem muita resistência da parte dos espanhóis. O êxito na anexação das Missões levou Varnhagen a considerar que os conflitos entre Portugal e França não foram de todo desvantajosos para o "Brasil", uma vez que acarretaram a ruptura do Tratado de Santo Ildefonso e a anexação definitiva do território dos Sete Povos <sup>3</sup>.

Para compreender as pretensões dos luso-brasileiros ao território dos Sete Povos é preciso retroceder até o Tratado de Madri, firmado em 1750, no qual ficou estipulado que os Sete Povos passariam a ser território de Portugal que, em troca, desistiria definitivamente da Colônia do Sacramento. Devido a uma série de contratempos e adversidades, o Tratado de Madri foi anulado, em 1761, pelo Tratado de El Pardo, que pressupunha o retorno aos limites anteriores a 1750. Em 1777, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, que deveria resolver os problemas de limites na América. Por este Tratado, foram criados os "campos neutrais", faixa de terra sobre a qual nenhum dos dois Impérios, em permanente litígio, teria jurisdição, sendo, como o nome indica, neutra. Quando se deu a anexação das Missões, as comissões demarcadoras ainda não tinham concluído os limites estipulados por Santo Ildefonso.

---

\* Doutoranda em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>1</sup> Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do Império*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 122.

<sup>2</sup> Em 6 de junho foram assinadas as convenções em Badajoz, mas o tratado só foi ratificado pela Espanha em 16 de junho, abolindo assim o estado de guerra entre as duas Coroas. *Ibidem*, pp. 125-126.

<sup>3</sup> Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, São Paulo, Melhoramentos, 1953, p. 28.

A conquista das Missões nunca foi objeto de um trabalho específico de monta. Geralmente foi abordada em artigos ou em capítulos de livros que tratavam mais amplamente da história do Rio Grande do Sul ou do Brasil. Nestes trabalhos, um dos aspectos sempre discutidos era a sua "natureza singular", pois foi empreendida por particulares e não pelo exército regular diretamente sob o comando das autoridades coloniais. Esta característica levou Capistrano de Abreu, por exemplo, a afirmar:

Os debates inanes das demarcações ainda continuavam em 1801 ao reventar a guerra entre Portugal e Espanha. *Ipsa facto* caducaram os tratados. José Borges do Canto, desertor do regimento dos dragões, e Manuel dos Santos Pedroso, **sem ordem de ninguém**, congregaram um troço de aventureiros, e atiraram-se contra os sete povos do Uruguai. Foram, viram, venceram; voltou novamente a ser lindeiro o rio Ibicuí<sup>4</sup>.

Ainda que talvez tenha sido Capistrano quem mais explicitamente asseverou ter se dado a conquista unicamente pela voluntariedade de alguns homens, esta interpretação se faz presente em muitos trabalhos, inclusive em livros tidos como "pioneiros" da historiografia sobre o Brasil. É o caso de Robert Southey, em sua "História do Brasil", no qual escreveu: "empreendeu José Borges do Canto com um bando de aventureiros uma expedição contra as Sete Reduções"<sup>5</sup>.

O aspecto da voluntariedade dos luso-brasileiros e a ausência de recursos da Coroa portuguesa para a conquista foram destacados pelo sargento-mor Domingos José Marques Fernandes na sua "Descrição corográfica, política, civil e militar da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul". Esta descrição foi uma das primeiras tentativas de sistematização da história da capitania, tendo sido escrita pouco depois da conquista, em 1804. Provavelmente, a abordagem de Marques Fernandes serviu de base para muitas das interpretações da conquista feitas pelos historiadores<sup>6</sup>.

O pressuposto segundo o qual a conquista das Missões teria ocorrido de forma espontânea, sem autorização ou interferência das autoridades coloniais, já foi questionado há algum tempo por historiadores que escreveram sobre o tema como, por exemplo, Aurélio Porto e Sousa Docca<sup>7</sup>. Porto questiona especificamente Capistrano de Abreu, justificando o equívoco de sua interpretação pelo desconhecimento de fontes que na época ainda não eram de domínio público. Já Sousa Docca apenas endossa a crítica de Porto, remetendo para seus escritos na nota de rodapé respectiva.

Apesar da explicação que privilegia a total espontaneidade na ação dos conquistadores ter sido descartada, a natureza de sua empreitada permanece obscura, pois tratou-se de um movimento onde fizeram parte tanto a iniciativa dos particulares quanto dos representantes locais do poder régio. O próprio Aurélio Porto interpretou a campanha da seguinte maneira: "Tendo por inspirador o tenente-coronel Patrício José Corrêa da Câmara que, à razão, comandava o

---

<sup>4</sup> João Capistrano de ABREU, *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, Brasília, Editora da UnB, 1982, p. 181. Negrito da autora.

<sup>5</sup> Robert SOUTHEY, *História do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 1981, 3 vols, 3<sup>o</sup> vol, p. 376. Grifo da autora. A mesma abordagem é encontrada em: José Feliciano Fernandes PINHEIRO, (Visconde de São Leopoldo), *Anais da província de São Pedro*, Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1978, p. 144; João Pedro GAY, *História da República Jesuítica do Paraguai*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 377.

<sup>6</sup> Esta descrição foi escrita por Marques Fernandes em 1804 e era destinada ao Príncipe Regente D. João, visando justificar a solicitação do autor para que fossem criados quatro municípios na Capitania, o que foi atendido em 1809, após a vinda da Corte para o Brasil. A descrição foi publicada em 1961 pelo Instituto Anchieta de Pesquisas, sob o título de: "A primeira história gaúcha", razão pela qual será doravante assim denominada. Domingos José Marques FERNANDES, *A primeira história gaúcha*, São Leopoldo, RS, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1961, pp. 58-61.

<sup>7</sup> Aurélio PORTO, *História das Missões Orientais do Uruguai*, Porto Alegre, Livraria Selbach, 1954, p. 469; Emílio Fernandes de Sousa Docca, *História do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, edição da organização Simões, 1954, p. 184.

Regimento de Dragões, no Rio Pardo, a Conquista das Missões é levada a efeito por partidas irregulares de civis a que se agregam alguns milicianos" <sup>8</sup>.

No mesmo sentido, Sousa Docca também acaba por oferecer uma interpretação ambígua, quando afirma: "Os fatores principais desse feito foram a bravura e a impetuosidade de Pedroso e Borges do Canto e o descontentamento existente entre os indígenas pela dominação espanhola" <sup>9</sup>. Ou seja, os mesmos autores que questionaram, com pertinência, a interpretação de Capistrano, acabaram por também enfatizar a iniciativa dos particulares como motor da conquista <sup>10</sup>.

Acredito que uma discussão mais aprofundada sobre esta campanha ainda necessita ser feita, como sugerem alguns autores contemporâneos que trabalham com a temática da população Guarani. É o caso de Guillermo Wilde, para o qual a questão da anexação dos Sete Povos ainda não foi devidamente esclarecida, embora aponte que sua percepção deve passar necessariamente pelo estudo da população missioneira, pois esta teria facilitado a ação dos luso-brasileiros <sup>11</sup>.

Trabalhos recentes sobre o tema, no entanto, não apenas não consideraram a participação dos índios na campanha, como a diminuíram se comparados às abordagens "tradicionais". Para Fernando Camargo, a adesão dos índios aos portugueses ou espanhóis definiria o vencedor dos conflitos. Porém, afirma que em 1801, tal como ocorrera durante a "Guerra Guaranítica", a população missioneira não chegou a um "consenso" e a melhor forma de explicar o comportamento da maioria dos índios missioneiros em 1801 é a "indiferença", sem, no entanto, embasar esta afirmação em nenhuma fonte documental <sup>12</sup>.

Para além da participação dos índios, o próprio significado da conquista ainda não foi dimensionado. A anexação dos Sete Povos representou um acréscimo territorial equivalente ao ganho de mais uma província para a Colônia, conforme expuseram alguns autores <sup>13</sup>. Ressalte-se que o tamanho do território anexado excedia as dimensões da Capitania do Rio Grande na época. Portanto, através desta campanha, a capitania mais do que duplicou o seu tamanho, adquirindo, *grosso modo*, seu contorno atual.

Segundo Manoel Aires de Casal, pelo seu tamanho e especificidade, o governo português pensou em formar ali a província das Sete Missões. Logo após a conquista, esta ficaria momentaneamente sob a jurisdição da Província de São Pedro, até para ser nomeado um governador. Esta divisão está evidenciada no seu livro "Corografia Brasília", publicado em 1817. No livro há um capítulo para cada província, e o capítulo três chama-se "Província do Uruguai", correspondente ao território dos Sete Povos <sup>14</sup>.

Além do ganho territorial, deve-se considerar também o acréscimo populacional obtido com a integração dos missioneiros. Segundo os dados apresentados por José de Saldanha<sup>15</sup>, no

---

<sup>8</sup> Aurélio PORTO, *História das Missões...* cit., p. 474.

<sup>9</sup> Emílio Fernandes de Sousa DOCCA, *História do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Organizações Simões, p.185.

<sup>10</sup> Esta linha de raciocínio já tinha sido apontada por Hemetério José Velloso da Silveira, em seu livro publicado em 1909. Para o autor, o motor da conquista dos Sete Povos foi apenas o esforço dos sul-riograndeses. Hemetério José Velloso da SILVEIRA, *As Missões Orientais e seus antigos domínios*, Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1979, p. 85.

<sup>11</sup> Guillermo WILDE, «Orden y ambigüedad en la formación territorial del Río de la Plata a fines del siglo XVIII», in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n.º 19, p.105-135, julho de 2003, p. 118

<sup>12</sup> Fernando da Silva CAMARGO, *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional*, Porto Alegre, PUC, 2000, (tese de doutorado em história), p.185. Uma interpretação muito próxima da de Camargo pode ser encontrada em: Tau GOLIN, *A Fronteira*, Porto Alegre, LP&M, 2002, p. 254.

<sup>13</sup> Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História Geral do Brasil...* cit., p. 29. A interpretação de Varnhagen é citada e retomada em Carlos TESCHAUER, *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*, São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2002, p. 465. Em relação ao tamanho do território anexado, ainda temos Silveira, que expõe tratar-se de cinco mil léguas quadradas, ou seja, um território maior que o da Capitania na época: Hemetério José Velloso da SILVEIRA, *As Missões Orientais...* cit., p. 66.

<sup>14</sup> Manoel Aires de CASAL, *Corografia Brasílica*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945 [1817], p. 171 e segs.

<sup>15</sup> José de Saldanha era bacharel em Filosofia e Matemática, especializado em Geografia e Astronomia. Em 1782, foi enviado ao Rio Grande para participar das demarcações de fronteiras estipuladas pelo Tratado de 1777. Conviveu

momento de entrada dos portugueses nos povos ali residiam 13.950 índios<sup>16</sup>. Isto não significava apenas um incremento de vassallos para o Monarca português, mas também 13.950 súditos a menos para o Rei espanhol, numa região de fronteira onde as Coroas necessitavam de vassallos para sustentar as suas pretensões expansionistas<sup>17</sup>. Conforme Domingos José Marques Fernandes, o número total de habitantes do Rio Grande em 1804 era de 50.000, sendo que nesta estatística não se encontram os índios dos povos recém conquistados<sup>18</sup>. Desta forma, a tomada das Missões significou um acréscimo de 27,9% no número total de habitantes do Continente.

Os Sete Povos, apesar de tratados genericamente como uma unidade, não formavam um conjunto administrativo na época da conquista. Seis povos integravam o departamento de São Miguel, enquanto o povo de São Borja pertencia ao departamento do *Yapeyu*<sup>19</sup>. Além dos Sete Povos, na região anexada também estavam localizadas tanto as estâncias destas reduções quanto as de outros povos do departamento de *Yapeyu*. Cada redução tinha uma ou duas estâncias nas quais criavam vários os tipos de vacuns. Enquanto algumas estâncias ficavam localizadas perto dos seus respectivos povos, cerca de 20 quilômetros, outras chegam a distar 300 quilômetros das suas sedes<sup>20</sup>. Nas estâncias havia em torno de 30 índios peões, sendo que o número total de habitantes subia a 70 contabilizando-se as suas mulheres e crianças. Nelas existia um número avultado de gado, sendo que nas mais avantajadas havia aproximadamente 20.000, incluindo-se todos os tipos de vacuns<sup>21</sup>.

O departamento de São Miguel era, no final do século XVIII e princípios do século XIX, o mais rico no conjunto dos povos missioneiros. Apesar de ter tido um decréscimo populacional grande em relação ao período posterior à "Guerra Guaranítica", sua população se manteve mais estável quando comparada com a dos demais departamentos. Além disto, sua riqueza em rebanhos também era a maior entre os cinco departamentos. Mesmo se considerarmos que historicamente São Miguel teve sua riqueza centrada nos rebanhos, este dado conjugado com o menor declínio da sua população sugere que a desagregação nestes seis povos parece ter sido menor se comparada aos demais<sup>22</sup>. Segundo dom Diego Alvear:

La doble proporción que reúne este departamento [São Miguel], de campos espaciosos y fértiles para la agricultura y cría de ganados y de grandes montes para el beneficio de la yerba y de maderas, le hace sin disputa el más florido y poblado de las Misiones, y por consiguiente el más industrial y rico<sup>23</sup>.

Neste escrito, pretendo privilegiar dois aspectos que considero importantes no processo da passagem das Missões para o território da América portuguesa. Em primeiro lugar, como se deu a relação entre os representantes locais do poder régio e os particulares, pensando que a conquista

assiduamente com os índios missioneiros e com os Charrua e Minuano, sobre os quais escreveu várias informações em seus diários. Em 1803, foi nomeado comandante geral das Missões conquistadas.

<sup>16</sup> Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), doravante citada como BNRJ, MS-554 (1) Coleção Linhares, José de SALDANHA, *Notícia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional*, s/d (c.1802), fl. 4

<sup>17</sup> Para a importância do povoamento efetivo das fronteiras da América portuguesa e a importância dada aos índios neste contexto veja-se Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 58.

<sup>18</sup> Domingos José Marques FERNANDES, *A primeira história gaúcha...* cit., p. 33.

<sup>19</sup> No início da década de 1770, os 30 Povos das Missões foram divididos em cinco departamentos, que ficavam subordinados a um governador. Os cinco departamentos eram, além de São Miguel e *Yapeyu*, Santiago, Candelária e Conceição

<sup>20</sup> Ernesto J. A MAEDER, *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní*, Madri, MAPFRE, 1992, p. 140.

<sup>21</sup> Gonzalo de DOBLAS, *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la provincia de Misiones de indios guaraníes*, Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002 [1785], pp. 23-24.

<sup>22</sup> Ernesto J. A. MAEDER, *Misiones del Paraguay...* cit., pp.53 e segs e pp. 140 e segs.

<sup>23</sup> Diego ALVEAR, *Relación geográfica e histórica de la provincia de Misiones*, Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002 [1784], p. 99

teria sido um empreendimento misto, semelhante a outros processos de conquista territorial ocorridos durante a época colonial. Ou seja, pretendo interpretar a conquista das Missões não dentro de uma concepção que contrapõe o poder "público" e o poder "privado", mas sim pensar na lógica que vigorava naquele período histórico, onde esta divisão não se fazia presente na sua acepção atual. Por outro lado, repensar as afirmações dos "conquistadores" sobre a campanha ter sido feita às suas custas, sem dispêndio do erário régio. A questão não é se estas informações são verdadeiras ou falsas, mas sim que elas faziam parte de um tipo de discurso vigente no Antigo Regime, com o fim de aumentar a qualidade dos vassallos em busca de mercês e de engrandecer os seus feitos.

Em segundo, tentar articular o papel das populações indígenas na campanha, pois os trabalhos sobre o tema indicam que a ocupação das Missões teria sido "fácil" porque os índios foram previamente contatados pelos luso-brasileiros e teriam aderido ao seu plano expansionista, preferindo ficar sob a administração portuguesa do que sob a espanhola. É difícil aquilatar a capacidade de escolha das populações indígenas naquele momento. É certa a sua participação na conquista e que sem a sua colaboração a tomada não teria sido possível. Porém, é necessário pensar em quais condições estas populações fizeram esta "escolha" e o que esta teve de coercitiva, pois os missionários, em algum momento, devem ter se visto coagidos a escolher entre os portugueses e espanhóis e a sofrer as conseqüências desta opção. Para isto, é necessário um breve apanhado da situação dos Sete Povos no período anterior à conquista, a fim de se compreender o contexto no qual este se deu.

### **As Missões entre a expulsão dos jesuítas e a anexação ao Estado do Brasil**

Após a Guerra Guaranítica e com a posterior anulação do Tratado de Madri em 1761, o território das Missões continuou pertencendo aos domínios espanhóis e sob a administração dos jesuítas. Estes foram expulsos dos domínios do Rei Católico em 1767, ordem que foi executada nas Missões em 1768, passando o governo dos povos a ser exercido por administradores leigos indicados pelo governador de Buenos Aires, na época dom Francisco de Paula Bucareli y Ursua.

Antes de executar a expulsão dos jesuítas, Bucareli y Ursua mandou chamar a Buenos Aires um cacique e um corregedor de cada povo, para dar-lhes pessoalmente a notícia, buscando com isto antever e, se fosse o caso, contornar alguma situação de revolta contra a expulsão por parte dos índios<sup>24</sup>. Ao chamado do governador atenderam 58 representantes dos povos, 29 caciques e 29 corregedores.

Após chegarem à capital, os representantes dos povos foram bem acomodados e tratados como "senhores". O governador lhes disse que a partir deste momento não seriam mais escravos de ninguém, leia-se dos jesuítas, e poderiam dispor da totalidade dos frutos dos seus trabalhos, assim como de todos os benefícios de serem vassallos do Rei Católico. Bucareli y Ursua ainda acrescentou que os principais indígenas seriam tratados como cavalheiros<sup>25</sup>.

Para a organização das Missões após a expulsão dos jesuítas, o governador elaborou um sistema através do qual deveriam ser geridos os índios, utilizando como modelo a legislação pombalina consoante aos índios da América portuguesa<sup>26</sup>. Bucareli y Ursua estabeleceu a obrigatoriedade do uso do espanhol, proibindo as crianças de falarem o guarani nas escolas,

---

<sup>24</sup> Relação do governador Bucareli y Ursua sobre a forma como cumpriu as ordens da expulsão dos jesuítas. Buenos Aires, 6 de setembro de 1767, in: Jaime CORTESÃO, *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos (1750-1802)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969, (Manuscritos da Coleção de Angelis), p. 358.

<sup>25</sup> Carta del Gobernador de Buenos Aires al Conde de Aranda..., Buenos Aires, 6 de setiembre de 1767; Carta del Gobernador de Buenos Aires al Conde de Aranda..., Buenos Aires, 14 de setiembre de 1767, in: Francisco Javier BRABO, *Coleccion de documentos relativos á la expulsion de los Jesuitas de la Republica Argentina y del Paraguay, en el reinado de Carlos III*, Madri, Establecimiento Tipográfico de José Maria Perez, 1872, respectivamente p. 39, 81, 101.

<sup>26</sup> Ernesto J. A. MAEDER, «El modelo portugues y las instrucciones de Bucarelli para las misiones de guaranies», in: *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 1987, XIII (2).

estimulou os casamentos entre espanhóis e índias, retirou a administração temporal dos curas, entre outras.

A organização política dos povos instituída pelos jesuítas foi mantida, *grosso modo*, após a sua expulsão, embora alguns cargos tenham sido ampliados ou modificados. Em cada redução havia um *cabildo* composto por representantes escolhidos entre os índios, que seriam responsáveis pela gestão do povo. No período posterior à expulsão dos inicianos, os cabildos eram compostos por: "um corregedor, dois alcaides, um alcaide da irmandade, um *alguacil* maior, um mordomo e um secretário". A cada ano também deveriam ser nomeados os cargos militares, os mestres principais dos ofícios e os cuidadores das fainas, nomeados pelo corregedor e, posteriormente, aprovados pelo administrador. A quantidade total destes cargos, de acordo com Gonzalo de Doblas, chegava a 80 ou 100, tendo muitas reduções um excesso de pessoas em posições de mando <sup>27</sup>.

Nos dias de festa ou de alguma cerimônia, os índios mandarins <sup>28</sup> usavam roupas especiais, sendo que algumas delas eram bastante dispendiosas. Seguiam um ritual específico, principalmente nos povos em que residiam os governadores ou tenentes governadores. Nestes povos, os índios iam à casa do governador e o acompanhavam até a igreja, caminhando os mandarins numa fila hierárquica, onde o primeiro era o corregedor, seguindo-se os cargos de acordo com a sua graduação. Esta organização hierárquica também era utilizada na igreja, cabendo a cada cargo um assento específico <sup>29</sup>.

Segundo Guillermo Wilde, Bucareli y Ursua tentou estabelecer com as lideranças indígenas relações de reciprocidade, visando com isto garantir a sua legitimidade como governador perante os índios. Os jesuítas, em sua gestão das Missões, buscaram fortalecer os índios mandarins, em detrimento dos caciques. Ou seja, à obediência a uma liderança tradicional, depositária dos costumes anteriores à experiência da redução, os jesuítas contrapuseram uma nova liderança, baseada em cargos introduzidos pelos religiosos na organização política dos Guarani <sup>30</sup>. Com estas medidas, os inicianos visavam se fortalecer perante os índios, confiando que os Guarani por eles empossados em posições de comando lhes seriam mais leais que os caciques. Dessa forma, Bucareli y Ursua tentou inverter esta lógica, tentando trazer para a sua esfera de poder os caciques, muitos deles ressentidos com o alijamento parcial sofrido sob o regime dos jesuítas. Bucareli y Ursua buscou que cada vez mais os caciques ocupassem os cargos dos *cabildos*, fazendo convergir as duas funções.

Por outro lado, a organização dos jesuítas utilizada nas reduções já estava em crise desde o advento da "Guerra Guaranítica". Segundo Wilde, os inicianos estavam com problemas de legitimidade ocasionados pelo conflito, a partir do qual os missionários passaram a duvidar da fidelidade dos padres e do seu poder em manter os interesses dos povos <sup>31</sup>.

Pese o tempo da experiência missionária, ao que tudo indica os caciques não perderam a sua influência junto aos índios reduzidos, pois quando Bucareli y Ursua resolveu apoiar-se neles para a expulsão dos jesuítas, os encontrou com influência suficiente para apoiá-lo em seus projetos. Após a temporalização <sup>32</sup> dos povos, foram concedidos privilégios de nobreza aos caciques missionários. Esta nobreza, segundo Diego Alvear, tinha os mesmos signos da peninsular e bastava ser cacique para dela usufruir. Estes podiam utilizar a cruz distintiva de

---

<sup>27</sup> Gonzalo de DOBLAS, *Memória histórica, geográfica...cit.*, p. 42.

<sup>28</sup> Termo empregado para designar os índios que exerciam os cargos de mando nas Reduções.

<sup>29</sup> Gonzalo de DOBLAS, *Memória histórica, geográfica... cit.*, p. 44.

<sup>30</sup> Segundo Maeder, pela maior vinculação dos mandarins aos jesuítas, em alguns momentos estes chegaram a ser um entrave para as mudanças propostas por Bucareli y Ursua. Ernesto J. A. MAEDER, *Misiones del Paraguay... cit.*, p. 72.

<sup>31</sup> Guillermo WILDE, *Antropologia histórica del liderazgo guarani misionero (1750-1850)*, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 2003, (tese de doutorado) respectivamente pp. 113, 129 e segs, 121.

<sup>32</sup> O processo de expulsão dos jesuítas das Reduções do Rio da Prata foi chamado de temporalização, pois substituiria uma administração religiosa por uma secular.

qualquer uma das quatro ordens militares e detinham o privilégio do uso do título de dom, o qual podiam exigir "de justiça ou de direito" <sup>33</sup>.

Para além de todo o aparato de *status* e de poder dos mandarins, aos quais os índios davam muito valor, parece que a sua real capacidade de governo nas missões era bastante diminuta frente às autoridades espanholas. Segundo as ordenanças que regiam os povos, a autoridade nestes estava a cargo do corregedor e do *cabildo*, e o administrador deveria apenas aconselhá-los. Porém, para Gonzalo de Doblas, não era isto que ocorria. O administrador procedia segundo as suas concepções, ficando a cargo do corregedor e do *cabildo* apenas a execução de suas ordens <sup>34</sup>. No entanto, os mandarins não foram passivamente aliçados de seu poder de mando, pois existem vários casos de conflitos entre os *cabildantes* e os administradores, em muitos dos quais os primeiros fizeram, ou tentaram fazer valer as suas prerrogativas enquanto lideranças dos povos detentoras de direitos e privilégios específicos <sup>35</sup>.

Um dos maiores problemas enfrentados por Bucareli no início da gestão leiga dos povos foi encontrar pessoas aptas para ocupar os cargos administrativos. Conforme Doblas, os primeiros administradores, além de despreparados, nada conheciam sobre os índios e o sistema de redução ao qual estavam até então submetidos, dificultando os relacionamentos entre eles <sup>36</sup>. Por outro lado, ocorreram conflitos nas reduções devido à separação do poder temporal e do espiritual após a temporalização. Para os Guarani estas duas funções convergiam na figura do cura jesuíta e, no princípio da temporalização, estes respeitavam mais ao cura <sup>37</sup> do que ao administrador.

Segundo Gonzalo de Doblas, os curas e os administradores protagonizaram uma série de conflitos nos povos, pois disputavam não apenas a primazia sobre os índios, mas também a administração dos seus bens coletivos. Os curas queriam que os índios assistissem à missa todos os dias, não respeitando os horários de trabalho. O administrador, por sua vez, queria que os índios trabalhassem, pouco respeitando os horários das missas, feriados e dias santos. Disputavam entre si também a gestão do colégio <sup>38</sup>, que era a habitação de ambos e, enquanto os curas buscavam monopolizar as hortas e pomares, os administradores negavam aos curas os materiais necessários a sua manutenção, como comida, velas, tecidos, etc <sup>39</sup>. Estes conflitos, descritos aqui genericamente, se traduziram em vários momentos em enfrentamentos diretos, chegando inclusive alguns curas a proibirem a entrada dos administradores nas "suas" igrejas. Para Doblas, as maiores vítimas destas disputas eram os índios, pois em meio aos conflitos não sabiam a quem seguir <sup>40</sup>. No entanto, segundo Wilde, com o passar do tempo, os missionários começaram a utilizar-se destes conflitos, aproveitando as lacunas de poder e as possibilidades de manobras por eles ocasionadas <sup>41</sup>.

Até 1800, o sistema das Missões, apesar das modificações introduzidas por Bucareli y Ursua, preservou algumas das características da época dos jesuítas. Entre estas, a mais importante foi a manutenção do regime de comunidade, segundo o qual os índios dividiam o seu tempo de trabalho entre as atividades para a comunidade e as atividades nas suas roças pessoais. Os frutos do trabalho para a comunidade eram geridos pelo administrador e pelo

---

<sup>33</sup> Diego ALVEAR, *Relación geográfica e histórica...* cit., p.102. O autor não deixa claro se os caciques apenas tinham o direito de usarem as cruzes distintivas das ordens militares ou se realmente eram membros efetivos destas, no sentido de poderem usufruir dos demais benefícios exclusivos dos seus cavaleiros.

<sup>34</sup> Gonzalo de DOBLAS, *Memória histórica y geográfica...* cit., p. 21.

<sup>35</sup> Guillermo WILDE, *Antropología histórica...*, pp. 129 e segs.

<sup>36</sup> Gonzalo de Doblas, *Memória histórica y geográfica...* cit., p. 19

<sup>37</sup> Os jesuítas foram substituídos por párcos procedentes de três ordens: dominicanos, mercedários e franciscanos. Cada uma destas ordens ficou responsável pela gestão de dez povos, sendo estes intercalados, visando evitar concentrar uma ordem em povos próximos e, com isto, acumulassem demasiado poder em uma região. Ernesto J. A. MAEDER, *Misiones del Paraguay...* cit., pp. 170 e segs.

<sup>38</sup> Os colégios eram as habitações dos jesuítas, de onde estes também administravam a Redução. Era o principal edifício do povo

<sup>39</sup> Gonzalo de DOBLAS, *Memória histórica, geográfica...* cit., p. 25.

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*, p. 26.

<sup>41</sup> Guillermo WILDE, *Antropología histórica...* cit., p. 152.

*cabildo*, sendo os excedentes comercializados em Buenos Aires. Os índios também tinham a sua liberdade cerceada, não podendo sair dos povos e nem empregar a sua força de trabalho como lhes conviesse, pois estavam vinculados ao regime de comunidade.

Em 18 de fevereiro de 1800, o vice-rei Marquês de Avilés liberou por meio de um decreto alguns índios deste regime, para com isto incentivar os missioneiros a participarem mais ativamente da vida econômica e comercial do Rio da Prata. Para embasar a lista das famílias que seriam liberadas, o Vice-rei utilizou algumas investigações com este fim realizadas nos povos, nas quais os administradores e os curas deveriam nomear as famílias que consideravam aptas para serem liberadas, cujo número total foi 323, significando, em número de pessoas, 12,7% dos índios das missões. Cabe ressaltar que o número de liberados variava de acordo com os povos, não estando equilibrado entre estes <sup>42</sup>.

Os liberados trabalhariam apenas para si e seriam sustentados pela comunidade durante um ano a partir do decreto, no qual deveriam se adaptar ao novo sistema de trabalho. A liberação intensificou os conflitos entre índios e a administração espanhola, pois muitos missioneiros não incluídos nas listas se achavam com o direito de serem liberados. A questão se tornou mais complexa porque o decreto de liberação incluía o nome de determinada pessoa e estendia o direito aos seus parentes. Houve várias confusões em torno deste quesito. Primeiro, porque o decreto do Vice-rei não considerava o sistema de parentesco Guarani. A referência a "família" no documento significava a família nuclear ocidental, embora isto não estivesse especificado. Dessa forma, muitos índios, sabendo desta margem de interpretação, tentaram burlar o decreto, se fazendo integrar entre os membros de alguma família liberada. Por outro lado, alguns missioneiros que, dentro da lógica familiar dos Guarani, pertenciam a estas famílias, não foram liberados, pois os funcionários espanhóis não aceitaram a sua argumentação <sup>43</sup>.

Além da intensificação dos conflitos entre os índios e a administração espanhola, as investidas dos portugueses de convencimento e atração dos missioneiros eram cada vez mais freqüentes. Na segunda metade da década de 1780, os portugueses estavam constantemente em contato com os missioneiros, por conta das tentativas de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso. Nestes contatos, os lusitanos aproveitavam para chamar os índios para as terras portuguesas, dizendo que lá teriam menos trabalho e, principalmente, ficariam livres do regime de comunidade. Esta estratégia foi uma das responsáveis pelo aumento das fugas dos missioneiros para as terras do Continente <sup>44</sup>.

### **A tomada dos Sete Povos pelos luso-brasileiros**

Em 15 de junho de 1801, a notícia da declaração de guerra da Espanha a Portugal chegou informalmente à Capitania, através de uma embarcação oriunda da Bahia, sendo confirmada sete dias depois por outra embarcação proveniente de Pernambuco. Através das notícias recebidas por estas embarcações e antes de ter sido comunicado oficialmente, o governador do Continente, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, publicou um edital no qual ordenava aos vassallos portugueses reconhecerem a Espanha como inimiga, e outros editais onde perdoava todos os desertores que se apresentassem para a guerra <sup>45</sup>.

Quando o Governador publicou o perdão aos desertores, José Borges do Canto se apresentou ao tenente coronel Patrício José Correia da Câmara. Canto já havia desertado duas vezes do Regimento de Dragões de Rio Pardo e vivia nos campos neutrais, onde estava a salvo de qualquer possível reprimenda devido as suas deserções. Os campos neutrais eram na época conhecidos como terras onde habitavam contrabandistas, desertores, missioneiros fugidos, além

---

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 157 e segs.

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 160 e segs.

<sup>44</sup> Carlos TESCHAUER, *História do Rio Grande do Sul...* cit., p. 456.

<sup>45</sup> BNRJ – MS – 554 (1), José de SALDANHA, *Notícia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801...*cit.

de índios Charrua e Minuano. Canto relacionava-se com os índios, os quais o recebiam em seus toldos <sup>46</sup> e participavam de suas atividades comerciais, principalmente a venda de animais. Estas atividades eram, em momentos de paz, caracterizadas como contrabando, por não respeitarem os limites territoriais acordados pelas Coroas Ibéricas. No entanto, em momentos de guerra eram permitidas e até incentivadas pelas autoridades coloniais <sup>47</sup>.

Dessa forma, este tipo de vida não era específico de Canto, estava, ao contrário, bastante disseminado naquelas paragens. Se, por um lado, estes homens levavam uma vida que era, em alguns aspectos, ilegal – por exemplo, na constante prática do contrabando – por outro lado, foram em alguns momentos históricos fundamentais para o Império português. No caso específico da conquista das Missões, foi através deles que se soube da insatisfação dos missioneiros com o domínio espanhol, assim como do frágil estado de defesa das reduções. Ou seja, o seu convívio com os índios lhes proporcionava informações preciosas, que foram postas em 1801 a serviço da Coroa portuguesa.

Segundo os relatos feitos sobre a campanha, quando José Borges do Canto se apresentou ao tenente-coronel Correia da Câmara afirmou que desejava empreender a conquista das Missões e solicitou homens e armas para tal fim. Correia da Câmara respondeu que homens da tropa de linha não lhe daria, propondo que Canto arregimentasse gente de seu conhecimento, mas forneceria a munição de que podia dispor <sup>48</sup>. Para Aurélio Porto, de acordo com a "tradição oral, recolhida de recordações de família", Patrício José Corrêa da Câmara chamou Borges do Canto a sua casa e lhe insinuou que atacasse o território das Missões, embora não pensasse que uma conquista destas em sua totalidade fosse viável. Por outro lado, deixou a responsabilidade da empreitada nas mãos de Canto, lhe fornecendo, porém, munição <sup>49</sup>.

A questão é que, independente da existência deste encontro e do que teria dito Corrêa da Câmara para Canto, este não tencionava atacar os Povos das Missões, mas sim as suas estâncias. Tendo sido decretada a guerra, os "aventureiros" iriam fazer as suas ações de costume, chamadas de "hostilizar o inimigo". Ou seja, em momentos de conflitos entre as duas Coroas, estes homens que viviam na zona de fronteira entre os dois Impérios Ibéricos, chamados genericamente de "aventureiros", tinham uma permissão sub-reptícia dos governadores para realizarem roubos em terras espanholas, sem serem incomodados por conta disto. Sendo os povos guarnecidos por armamentos e milícias formadas por índios, estes geralmente estavam bem defendidos e não eram atacados pelos aventureiros. Estes costumavam se dirigir às estâncias das missões, situadas longe dos povos aos quais pertenciam e geralmente não guarnecidas com muita segurança.

A negativa de Correia da Câmara em propiciar homens a Canto pode ser explicada por duas questões principais. Primeiro, pela posse das missões naquele momento não estar em questão pelo governo português. Porém, o mais importante, é que ao dar a permissão para Canto ainda antes da chegada do anúncio oficial da guerra, Correia da Câmara tinha que se proteger de possíveis represálias do governo central. Assim, ele não poderia ser responsabilizado pelos problemas que eventualmente ocorressem na campanha, ficando tal feito como sendo da responsabilidade de um homem sem grandes créditos, que já desertara duas vezes e poderia muito bem ter empreendido esta campanha sem a anuência das autoridades portuguesas.

Em segundo lugar, o exército regular do Rio Grande se encontrava numa situação deveras precária naquela época, como, aliás, esteve por todo o século XVIII. Quando da notícia da guerra, as tropas regulares do Rio Grande, mesmo se quisessem, não estavam em condições de executar

---

<sup>46</sup> Toldos eram as habitações dos índios Charrua e Minuano. Eram feitas com um pedaço de couro colocado sobre algumas estacas, parecendo uma "barraca".

<sup>47</sup> Helen OSÓRIO, *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da extremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*, Niterói, RJ, UFF, 1999, (tese de doutorado), pp. 47-48.

<sup>48</sup> BNRJ – MS – 554 (1) Coleção Linhares, José de SALDANHA, *Notícia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801...* cit.

<sup>49</sup> Aurélio PORTO, *História das Missões...* cit., p. 479.

a conquista das Missões, pois seu efetivo mal dava conta da defesa do território já pertencente à Capitania e que também estava ameaçado de uma investida espanhola. Ao se referirem às tropas de linha, os participantes da campanha escreveram que estavam num estado de total abandono, com o soldo atrasado havia mais de treze meses e sem uniformes e armamentos. Segundo os relatos da campanha, foram os moradores do Continente, provavelmente com medo de ataques das forças espanholas, que forneceram roupas e armamentos para as tropas. Dessa forma, qualquer ação expansionista ficaria em sua maior parte a cargo das milícias. No entanto, pelo menos no que concerne ao sul, a importância das tropas auxiliares vai muito além de apenas socorrer a precariedade das tropas regulares. O sucesso de muitas operações deveu-se ao conhecimento e habilidade dos milicianos enquanto pessoas que conheciam os terrenos e possuíam relações com as populações indígenas.

Após entender-se com Patrício Correia da Câmara, Borges do Canto tratou de arregimentar os homens necessários para a sua investida aos territórios missioneiros. Entre os homens selecionados por Canto estava Gabriel Ribeiro de Almeida, filho natural de Manuel Ribeiro de Almeida com Maria da Silva, índia Guarani. Gabriel nasceu em Curitiba, caminho das atividades de tropeiro de seu pai, onde este conheceu Maria. Gabriel Ribeiro de Almeida passou os primeiros anos de vida junto de sua mãe, mas ainda na infância foi levado por seu pai para a povoação de Cachoeira, localizada no Rio Grande de São Pedro. Ter recrutado Gabriel Ribeiro de Almeida foi um dos principais elementos que viabilizaram a investida de Canto contra as Missões. Tal ocorreu pela questão de Gabriel dominar o idioma guarani, aprendido na infância passada junto da sua mãe. Foi Gabriel quem fez os contatos com os índios em vários momentos da campanha, quando sempre explicava que o conflito não era contra eles, mas sim contra os espanhóis. Também ressaltava as melhorias que adviriam aos índios se estes passassem ao domínio português. Sem esta habilidade de Gabriel, os contatos com os missioneiros teriam sido prejudicados e a sua adesão foi essencial para o sucesso da campanha <sup>50</sup>.

Outra frente de ataque foi formada por Manuel dos Santos Pedroso, fazendeiro da região de Cachoeira e miliciano, que igualmente se apresentou "voluntariamente" ao comandante da guarda quando soube da declaração de guerra. Tal como Gabriel Ribeiro de Almeida, Manuel dos Santos Pedroso também dominava o idioma guarani, e esta habilidade foi reconhecida pelas autoridades coloniais como sendo de grande valia naquele momento. Segundo suas memórias, após atacar a guarda de fronteira espanhola de São Martinho <sup>51</sup>, Pedroso foi enviado para as Missões, a fim de convencer os índios a passar aos domínios portugueses. Porém, quando chegou em São Miguel, Canto já havia obtido a rendição do povo <sup>52</sup>. Apesar de existir uma confusão sobre a relação destas duas frentes nas memórias sobre a conquista, a princípio elas não estavam vinculadas, sendo duas expedições independentes <sup>53</sup>. Foi no decorrer das "hostilidades" que elas se encontraram, gerando alguns conflitos entre os grupos de Pedroso e de Canto pela primazia da conquista das Missões.

Segundo a memória produzida por Borges do Canto sobre a campanha, sabe-se que quando ele estava marchando com os seus "camaradas", encontrou um índio seu conhecido. Este estava fugido do povo de São Miguel e lhe disse que se quisesse atacar a redução poderia contar

---

<sup>50</sup> Idem, *Ibidem*, p. 471.

<sup>51</sup> A guarda de São Martinho era utilizada pelos espanhóis para evitar o contrabando entre as Missões e a fortaleza portuguesa de Rio Pardo. A guarda era protegida por cerca de 60 índios Tape, num sistema de rodízio. Estes índios eram mandados por seus povos e ali permaneciam por um mês, quando eram substituídos por uma tropa de outro povo. José de SALDANHA, «Diário resumido e histórico» [1787], in: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1938, vol.LI, p. 256.

<sup>52</sup> Manoel dos Santos PEDROSO, «Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos sete povos guaranis das Missões orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada», in: *Revista de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* doravante citado como *RIHGB*, vol. 130, t. 77, parte II, 1914 [1802], p. 63.

<sup>53</sup> Os conflitos entre portugueses e espanhóis se deram em quatro regiões fronteiriças, sendo a das Missões a que mais atenção recebeu dos contemporâneos e onde as vitórias portuguesas se fizeram mais célebres. As demais regiões foram: área do forte de Nova Coimbra, Serro Largo e lagoa Mirim e Santa Tecla e Batovi. Fernando da Silva CAMARGO, *O 'Malón' de 1801...* cit., p. 172.

com a adesão dos seus habitantes. Também lhe informou existir na estância de São João-Mirim uma patrulha formada por cinco espanhóis e vários índios e, um pouco distante desta, se estava formando um acampamento com 30 espanhóis e 300 índios. Borges do Canto atacou tanto a patrulha da estância quanto o acampamento. Segundo ele, no ataque ao acampamento, os índios começaram logo a fugir, ao que Borges do Canto mandou Gabriel Ribeiro de Almeida falar com eles: "e dizer, que nós íamos a socorre-los, e não a trazer-lhes dano, [então] se voltaram todos a nosso favor, e muito contentes e prontos a nos acompanhar e auxiliar em qualquer empresa que tentássemos" <sup>54</sup>.

Segundo a memória escrita por Gabriel Ribeiro de Almeida, no entanto, não foi apenas a sua conversa com os índios que os convenceu a seguirem com Canto para as missões. Conforme Almeida, Canto, visando a adesão dos missionários, proibiu qualquer saque nos pertences dos índios e não permitiu que nenhuma hostilidade fosse cometida contra eles. Quando da partilha dos pertences dos espanhóis, Canto fez questão de dividir o botim com os índios. Segundo Almeida, esta atitude deixou os índios muito "contentes", e foi neste momento que decidiram se aliar aos luso-brasileiros. Foi apenas após esta adesão que Canto decidiu atacar as missões, pois até aquele momento não tinha homens suficientes para isto, assim como temia uma resposta à altura daqueles a qualquer tentativa de ataque <sup>55</sup>.

Acompanhado destes 300 índios, Borges do Canto rumou para São Miguel. Lá chegando, sitiou o povo e intimou o seu tenente governador, dom Francisco Rodrigo, a se render, ao que o governador solicitou três dias para deliberar. Neste meio tempo, alguns índios começaram a fugir do povo. Enquanto isto, os missionários que estavam com Borges do Canto se ofereceram para tentar entrar em São Miguel, para com isto abrirem as suas portas e se apoderarem da munição lá existente. Segundo o combinado, depois disto dariam um sinal para os luso-brasileiros atacarem. Mas dom Francisco Rodrigo desconfiou dos índios e não permitiu a sua entrada em São Miguel <sup>56</sup>.

Pode-se pensar que uma parte do narrado por Borges do Canto integre uma retórica destinada a engrandecer os seus feitos e que a adesão dos índios não tenha sido tão grande assim. Porém, algumas informações indicam o contrário, ou seja, corroboram para a existência de uma grande adesão por parte dos missionários no povo de São Miguel. Primeiro, pelo tenente governador não ter permitido a entrada dos índios no povo, denotando a sua desconfiança destes, ou seja, para ele era provável que estes estivessem mancomunados com os portugueses. Em segundo, o próprio relato do tenente coronel aponta a rebeldia dos índios como uma das suas maiores dificuldades durante o cerco, pois estes não obedeciam ordem alguma, nem sua, nem dos empregados espanhóis sob seu comando <sup>57</sup>. Pressionado por Borges do Canto e pela desordem interna em São Miguel, dom Francisco Rodrigo aceitou a rendição e elaborou uma capitulação, que foi endossada por Canto.

De acordo com uma memória anônima sobre as causas da conquista das Missões pelos portugueses, dirigida ao Vice-rei do Rio da Prata, os índios de São Miguel estavam sublevados e a rendição de dom Francisco Rodrigo foi motivada pelo seu receio de uma sublevação generalizada nos povos. A relação entre os índios e os espanhóis estava bastante tensa, e estes tinham medo da perda de todos os povos, ou seja, da explosão de uma rebelião generalizada nos

---

<sup>54</sup> José Borges do CANTO, «Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões orientais do rio Uruguai», in: *RIHGB*, vol.130, t.77, parte II, 1914 [1802], p. 54.

<sup>55</sup> Gabriel Ribeiro de ALMEIDA, «A tomada dos Sete Povos das Missões», in: Hemetério José Velloso da SILVEIRA, *As Missões Orientais...* cit., pp. 69-71.

<sup>56</sup> José Borges do CANTO, «Relação dos acontecimentos...» cit., p. 55.

<sup>57</sup> ANRJ – cód. 104, vol.13, fl.175, Carta de dom Francisco Rodrigo para o governador Sebastião Xavier Cabral da Câmara. Povo de São Miguel, 22 de agosto de 1801.

30 Povos de Missões, possibilitando a passagem dos portugueses para a outra margem do rio Uruguai <sup>58</sup>.

Após a capitulação, afirma Borges do Canto que no dia 15 de agosto mandou avisar aos povos de São João e Santo Ângelo que deveriam se sujeitar a vassalagem do Rei português, cuja informação, em suas palavras: "aceitaram sem repugnância" <sup>59</sup>. No mesmo dia 15, os *cabildantes* de São João escreveram uma carta respondendo aos avisos enviados por Canto, na qual afirmavam estarem inteirados da rendição de São Miguel. Também informaram estarem rendendo vassalagem à Coroa portuguesa, incluindo armas, povos, territórios e demais posses <sup>60</sup>. O mesmo fez o povo de Santo Ângelo. Estas duas cartas não corroboram a afirmação de uma sublevação nestes Povos a favor do Rei português. Os índios de São João e Santo Ângelo mais parecem ter aceito a rendição, talvez até por receio de um ataque português, do que terem "entusiasticamente" passado para o lado português, como afirmam algumas memórias.

Segundo o relato de Almeida, foi ele quem levou os ofícios aos quatro povos adjacentes: São João Batista, Santo Ângelo, São Lourenço e São Luís Gonzaga. Conforme as informações de Almeida, os povos não tiveram dúvidas em render vassalagem ao Rei de Portugal quando souberam que assim tinham feito em sua "capital". Em cada um destes povos, Almeida retirou os respectivos estandartes dos *cabildos*, os quais enviou ao Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Em cada povo, Almeida reunia os índios e explicava que os estandartes não deviam mais ser hasteados, porque havia cessado o governo espanhol. Ao mesmo tempo, se reunia com os índios e assistia aos seus festejos. Almeida também conversava com os curas, lhes pedindo para permanecerem nas suas igrejas, sendo bem sucedido neste pormenor, pois muitos dos párocos ficaram nas reduções <sup>61</sup>.

Dando continuidade à integração dos povos, escreveu Borges do Canto que o capitão Anchieta marchou com este fim para São Borja. Porém, no caminho encontrou os índios deste povoado que traziam o governador espanhol "preso e amarrado", afirmando que doravante rendiam vassalagem ao Rei português <sup>62</sup>. Segundo outros testemunhos, no entanto, as coisas em São Borja não foram tão fáceis assim. José de Saldanha, na sua notícia sobre esta campanha, afirmou que, ao contrário dos demais povos, o de São Borja não se "sujeitou por vontade, mas por força de armas" <sup>63</sup>. Nas instruções que Patrício José Corrêa da Câmara passou para José de Castro Morais, escreveu que este deveria atacar com "vigor" o povo de São Borja, se este não se rendesse por via de "persuasões" <sup>64</sup>.

Apesar do relato de Saldanha sobre São Borja ter sido sujeitado por força das armas e das indicações de Patrício da Câmara no sentido de atacar o povo com o vigor, o que parece ter ocorrido é uma disposição do governo do Continente em rendê-lo de qualquer maneira, pois lá a adesão teria sido mais lenta que nos demais povos. Em carta do governador Paulo José da Silva Gama ao sargento-mor José de Saldanha, escreveu que os portugueses se aproximavam do povo quando os espanhóis estavam se retirando, fugindo dos confrontos. Os espanhóis estavam tentando convencer os índios a fugirem para o lado ocidental do rio Uruguai levando os seus pertencentes, principalmente as alaias da igreja <sup>65</sup>. Provavelmente tenha sido neste momento que

<sup>58</sup> "Memória dirigida ao Vice-rei do Prata sobre as causas da conquista dos 7 Povos pelos portugueses". Pueblo de Santa Maria La Mayor, 26 de septiembre de 1802. Anônimo, in: Jaime Cortesão, *Do Tratado de Madri*, pp. 464-465, 466.

<sup>59</sup> José Borges do CANTO, «Relação dos acontecimentos...» cit., p. 56.

<sup>60</sup> ANRJ – cód.104, vol.13, fl.174, Povo de São João Batista, 15 de agosto de 1801; Povo de Santo Ângelo, 15 de agosto de 1801.

<sup>61</sup> Gabriel Ribeiro de ALMEIDA, "A tomada dos Sete Povos...", in: Hemetério José Velloso da SILVEIRA, *As Missões Orientais...* cit., p. 72.

<sup>62</sup> José Borges do CANTO, «Relação dos acontecimentos...», p.5 7.

<sup>63</sup> BNRJ – MS – 554 (1) Coleção Linhares, José de Saldanha, *Notícia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801...*, fl. 4v

<sup>64</sup> ANRJ – cód.104, vol.13, fl.170. Carta de Patrício José Corrêa da Câmara para José de Castro Morais. Coxilha da Linha Divisória, 21 de agosto de 1801.

<sup>65</sup> Carta do governador Paulo José da Silva Gama ao sargento-mor José de Saldanha. Porto Alegre, 20 de outubro de 1805, in: *Revista do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, janeiro de 1921, vol.1, p. 71.

os índios de São Borja tenham decidido passar-se para o lado português, pois a solução apresentada pelos espanhóis era abandonarem os seus povos, coisa que dificilmente iriam fazer.

Tanto Borges do Canto quanto Gabriel Ribeiro de Almeida foram muito políticos e hábeis em relação aos índios missioneiros. A maioria dos relatos <sup>66</sup> afirma que estes gostavam muito de Canto e desejavam a sua permanência no governo das Missões. Apesar destes relatos terem sido feitos por luso-brasileiros, podendo ser tendenciosos, parece que ambos conseguiram conquistar uma boa parte dos índios das reduções. O próprio dom Francisco Rodrigo elogia Canto e Almeida, dizendo que eram homens corretos, de bom procedimento.

A questão, no entanto, não é se eram ou não homens corretos, mas que eles conseguiram estabelecer relações de reciprocidade com as populações missioneiras, trazendo-as para a sua esfera de influência. Ambos tinham uma história de contato com as populações indígenas e, provavelmente, sabiam muito bem como relacionar-se com estas. Almeida não era apenas uma pessoa que falava guarani. Ele era, conforme já foi dito, filho de uma índia Guarani e havia passado a sua infância junto da sua mãe, ou seja, ele foi criado dentro dos códigos culturais Guarani. Claro está que eram populações indígenas distintas, pois no caso dos Sete Povos eram índios que haviam passado pela experiência missioneira. No entanto, ele sabia como se relacionar com os índios e estes deveriam ver nele uma pessoa mestiça, talvez mais próxima das suas referências culturais. Neste sentido, após passarem um pouco mais de três décadas sob uma política que visava extinguir o seu idioma, a chegada de um português que falava guarani e neste os convidava para se passarem aos domínios do Rei Fidelíssimo, deve ter significado, inclusive, uma maior possibilidade de diálogo, pois os administradores espanhóis não falavam e nem entendiam o guarani.

José Borges do Canto, por sua vez, era um homem que estava acostumado a conviver com as populações indígenas do Continente, tanto os missioneiros quanto os Charrua e Minuano, tendo vivido uma boa parte da sua vida entre eles. O pai de Canto era natural dos Açores, enquanto sua mãe havia nascido na Colônia do Sacramento. Ele foi batizado em Rio Pardo em 1775. Canto tinha 26 anos quando empreendeu a conquista das Missões, e uma boa parte da sua vida tinha passado nos campos neutrais. Ao contrário de Almeida, Canto não era um mestiço biológico, mas era uma pessoa formada nas múltiplas identidades e culturas presentes entre na região fronteiriça. Segundo Bartolomeu Meliá, a mestiçagem biológica não produz automaticamente indivíduos multiculturais. Os processos de formação de mestiçagem, embora costumem ocorrer em contextos de intercâmbios sexuais, se dão "por aprendizagem, quer dizer, são históricos" <sup>67</sup>. Neste sentido, tanto Almeida quanto Canto eram homens mestiços, capazes de circular em meios diferentes, e esta sua habilidade foi fundamental na conquista dos Sete Povos.

Note-se como tanto Almeida quanto Canto demonstraram saber como lidar com os índios, como no caso da política de convencimento em guarani e da divisão do botim de guerra. Quando Almeida se dirige aos povos para levar as cartas ele assiste às festividades dos índios. Os relatos sobre a vida nas reduções, antes e depois da expulsão dos jesuítas, são unânimes quando se referem às festas nelas ocorridas. Segundo Doblas, no dia da festa do padroeiro dos povos, os missioneiros faziam comemorações nas quais gastavam grandes quantias de dinheiro em comidas, bebidas e presentes. Este costume desagradava a Gonzalo de Doblas, pois achava um desperdício de recursos. No entanto, o hábito estava tão arraigado que não teve coragem de tentar extingui-lo, entregando, nas suas palavras, a questão para Deus <sup>68</sup>. Conforme já foi dito, no dia da festa do padroeiro e de outras comemorações, os índios vestiam suas melhores roupas e usavam os seus signos de distinção, como as varas e as insígnias militares, e também faziam

---

<sup>66</sup> Como, por exemplo, o exposto por José de Saldanha, segundo qual José Borges do Canto era o "ídolo daqueles povos", por ter respeitado todas as suas propriedades e a sua hierarquia social. BNRJ – MS – 554 (1) Coleção Linhares, José de SALDANHA, «Notícia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801...» cit., fl. 4.

<sup>67</sup> Bartolomeu MELIÁ, *La lengua guarani del Paraguay: historia, sociedad y literatura*, Madrid, MAPFRE, 1992, p. 63.

<sup>68</sup> Gonzalo de DOBLAS, *Memória histórica, geográfica...*, pp. 28-29.

manifestações públicas dos seus postos, pois seguiam numa fila indiana organizada hierarquicamente<sup>69</sup>. Esta demonstração hierárquica era mais freqüente nos povos onde residiam as autoridades espanholas, para as quais os índios gostavam de demonstrar a sua importância social. Ao fazer questão de permanecer nos povos e assistir às festas, Almeida estava legitimando aos olhos dos índios as suas hierarquias e os seus costumes e, além disto, dando uma certa garantia de que estas seriam não apenas mantidas sob o domínio português, mas também respeitadas e apreciadas.

Por outro lado, a proposta de Almeida para a permanência dos curas, aceita em algumas reduções, também deve ter tido um significado importante na adesão dos povos aos portugueses. Neste sentido, a conquista produziu uma ruptura administrativa, mas esta ruptura não deve ter se apresentado como tão drástica para os índios, na medida em que se obtinha uma continuidade religiosa e de costumes. A divisão do espiritual e temporal feita durante a administração espanhola não foi bem compreendida pela população missioneira, pois estavam acostumadas, na época dos jesuítas, a ver no cura o representante das duas instâncias. Para os missioneiros a divisão entre as tarefas laicas e religiosas não existia, e a permanência dos curas deve ter contribuído para legitimar a presença portuguesa.

A partir da pesquisa da documentação surge uma outra interpretação da conquista, muito além de concepções teleológicas, segundo as quais os luso-brasileiros já sabiam que iriam conquistar as Missões antes mesmo de sair em campanha. A própria adesão imediata, e até mesmo anterior, dos índios deve ser repensada. A conquista das Missões foi uma campanha construída na relação entre os missioneiros e os luso-brasileiros que a levaram a cabo. Estes não saíram em campanha pensando em conquistá-las, mas sim em atacar as suas estâncias. No entanto, o contexto histórico se mostrou propício para a tomada, não apenas pela conjuntura de guerra européia, mas também pelo desgaste das relações entre os índios e os espanhóis. Os missioneiros, porém, se estavam suscetíveis a mudança de soberania, não aderiram a esta idéia de uma vez só. Além de um convencimento que vinha sendo feito ao longo da segunda metade do século XVIII e intensificado a partir das demarcações do Tratado de Santo Ildefonso, foi neste momento específico que alguns índios de São Miguel resolveram passar-se para o lado português. Os outros quatro povos, São João Batista, Santo Ângelo, São Lourenço e São Luís Gonzaga, não se mostraram tão entusiastas num primeiro momento. Mas a partir dos discursos de Almeida, da permanência dos curas e da garantia ao respeito às suas hierarquias, acabaram por aderir à mudança de soberania. No entanto, não encontrei referências sobre o povo de São Nicolau, restando dúvidas se a sua anexação foi semelhante aos demais.

Além dos seis povos, restava São Borja, sobre o qual pairam dúvidas sobre o caráter da sua ocupação. São Miguel não era a capital de São Borja e os índios desta redução não tinham grandes relacionamentos com os demais, sendo o seu vínculo com *Yapeyu*. Porém, a proposta de abandono do povo feita pelos espanhóis aos índios deve ter soado como uma certa infidelidade. Os Sete Povos lutaram contra a entrega das suas terras na "Guerra Guaranítica" e deveriam ver nos espanhóis uma garantia da manutenção da sua redução. Para os índios de São Borja, a proposta de abandono deve ter parecido mais uma quebra da palavra dos castelhanos do que uma adesão sua ao Rei Fidelíssimo.

Os autores que escreveram sobre a conquista das Missões costumam ressaltar a importância da colaboração da população indígena para o êxito do avanço português. Viu-se como Sousa Docca elencou para o sucesso desta empresa, juntamente com a "bravura" dos principais protagonistas da campanha, a insatisfação dos índios com o "domínio espanhol", que os havia deixado receptivos aos portugueses. Segundo Aurélio Porto, antes dos luso-brasileiros atacarem as Missões, houve um entendimento prévio com os Guarani missioneiros<sup>70</sup>. Para Silveira, a iniciativa de oferecer os territórios aos portugueses partiu dos próprios missioneiros. Os

---

<sup>69</sup> Idem, *Ibidem*, p. 44.

<sup>70</sup> Aurélio PORTO, *História das Missões...* cit., p. 468.

índios que sabiam escrever em espanhol teriam redigido uma carta ao Governador oferecendo a sua vassalagem aos Rei português<sup>71</sup>.

José Borges do Canto escreveu em suas memórias que, antes de partir para a campanha, o comandante da guarda de São Pedro, Francisco Barreto Pereira Pinto, teria recebido cartas dos corregedores e mandarins dos povos, manifestando a vontade de passar-se para a soberania portuguesa e solicitando ajuda para tal intento<sup>72</sup>. Porém, a narrativa de Canto nem sempre é digna de crédito. E, neste aspecto específico, parece haver uma contradição com o restante da sua memória, pois ele escreve que só foi atacar as Missões após contatar com os índios na campanha<sup>73</sup>, e não que tenha saído especificamente para este fim. Por outro lado, as cartas dos *cabildantes*<sup>74</sup> escritas logo após a notificação de Canto da tomada de São Miguel e os acontecimentos em São Borja dão margem a dúvidas se os índios teriam escrito cartas solicitando a mudança de soberania.

A tomada das Missões e, principalmente, a adesão dos índios aos portugueses, no entanto, não foram uma surpresa para a administração espanhola. A percepção sobre os abusos cometidos pelos administradores leigos e os prejuízos e perigos daí advindos, tanto para as reduções quanto para o Império espanhol, foram percebidos pelos vice-reis do Rio da Prata bem antes de 1801. Em sua relação de governo escrita em 1778, o primeiro vice-rei do Rio de Prata<sup>75</sup>, dom Pedro de Cevallos, comentou que os administradores nada mais faziam do que enriquecer as custas dos bens e do trabalho dos missionários, agindo sempre em benefício próprio<sup>76</sup>. No decorrer de sua "Relação de governo", aponta para o perigo de tal procedimento, que além de lesar os índios, predisponha o ânimo destes contra os espanhóis, facilitando uma possível investida dos portugueses. Para Cevallos, os males que afligiam as Missões deveriam ser remediados, para não permitir que os lusitanos se aproveitassem desta oportunidade e "nos acabem de dominar en esta America, que és todo à que se dirigem sus miras, en quantas operaciones promueben"<sup>77</sup>.

Por mais que os problemas fossem diagnosticados, não parece que os administradores das Missões conseguissem contorná-los. Na sua relação de governo escrita em 1801, um pouco antes da conquista, o vice-rei Marquês de Avilés novamente alertava sobre os perigos de uma investida portuguesa contra os Sete Povos. A se dar crédito às reclamações de Avilés, os administradores continuavam abusando do seu poder e enriquecendo por vias escusas. Além dos problemas já apontados anteriormente por Cevallos, Avilés acrescentou a usurpação das terras dos índios, que gerou uma situação de tensão entre estes e os administradores. Segundo o Vice-rei, os espanhóis apropriavam-se das terras dos índios sem nenhum direito, apenas pelo "espírito de cobiça" do qual estavam imbuídos<sup>78</sup>.

A expulsão dos jesuítas e o descontentamento dos índios com a administração secular, levou alguns, em grupo ou individualmente, a deixarem as missões. Esta migração foi um dos fatores responsáveis pelo considerável declínio populacional ocorrido neste período nas Reduções<sup>79</sup>. Uma parte dos índios estabeleceu-se nos campos neutrais, porém, outra parte dirigiu-se ao território português, trabalhando, geralmente como peões, nas estâncias que

<sup>71</sup> Hemetério José Velloso da SILVEIRA, *As Missões Orientais...* cit., p. 65.

<sup>72</sup> José Borges do CANTO, «Relação dos acontecimentos...» cit., p. 53.

<sup>73</sup> Idem, *Ibidem*, p.54.

<sup>74</sup> ANRJ – cód.104, vol.13, fl.174, Povo de São João Batista, 15 de agosto de 1801; Povo de Santo Ângelo, 15 de agosto de 1801.

<sup>75</sup> O Vice-Reinado do Rio da Prata foi fundado em 1776.

<sup>76</sup> Relação de Governo que o Vice-rei do Prata, D. Pedro de Cevallos, escreveu para instrução de D. João de Vertiz, que lhe sucedeu no cargo. Buenos Aires, 12 de junio de 1778, in: Jaime CORTESÃO, *Do Tratado de Madri...*, p. 388

<sup>77</sup> Idem, *Ibidem*, p. 396.

<sup>78</sup> BNRJ – MSS I, 15, 5, fl.59-59v, Relacion de Gobierno que el Virrey Marques de Avilés escribió para la instruccion de Don Joaquim del Pino, su sucesor en el mando del Virreinato de Buenos Ayres.

<sup>79</sup> Hemetério José Velloso da SILVEIRA, *As Missões Orientais...* cit., p. 46.

pertenciam aos luso-brasileiros<sup>80</sup>. Este movimento migratório acarretou uma convivência assídua entre os índios e os colonos do Rio Grande, principalmente porque os índios que imigravam não abandonavam as relações com seus parentes que permaneciam nas reduções. Dessa forma, a possibilidade das missões passarem para jurisdição portuguesa provavelmente se apresentou aos índios como uma possibilidade de melhoria, perante os freqüentes abusos praticados pela administração castelhana.

A principal questão a ser percebida é que, além de estarem sujeitos a uma série de abusos por parte dos administradores espanhóis, os constantes conflitos entre portugueses e espanhóis ofereciam aos índios uma possibilidade de negociação, uma vez que podiam se colocar entre estes, ganhando com isto uma possibilidade de manobra maior. No entanto, o que algumas vezes significava uma possibilidade de manobra, também se traduzia em pressões constantes sobre os Sete Povos, pois, independente da soberania a qual estavam subordinados, recaía sobre os missionários e os seus bens uma boa parte dos recursos necessários para a sua defesa.

## Conclusões

Após a explanação sobre a campanha de 1801, pode-se retomar as interpretações que sobre esta fizeram os autores citados no princípio do texto. Nesse sentido, acredito que uma incursão sobre alguns aspectos característicos do Antigo Regime possam ser úteis para compreender melhor esta campanha. A sociedade de Antigo Regime caracterizava-se por ser uma sociedade de ordens, onde os homens eram vistos como detentores de qualidades diferentes. Característica de um período que vai, segundo Godinho, do início das navegações até as revoluções do final do século XVIII e início do XIX<sup>81</sup>, esta distinção social se dava no plano jurídico, porém se estendia ao todo social. Dessa forma, a divisão da sociedade em ordens era a base a partir da qual os homens orientavam as suas relações sociais.

A visão da sociedade dividida em clero, nobreza e povo, as três ordens ou estados, era uma concepção herdada da Idade Média e que continuou a vigorar durante o período moderno. Cabe ressaltar, no entanto, que nem na Idade Média, nem durante a modernidade, as sociedades européias foram assim divididas. A realidade social era muito mais complexa, mas esta complexidade era percebida pelos contemporâneos através da divisão tripartite. Por outro lado, as mudanças sociais estavam em constante conflito com esta visão/divisão do mundo, que servia como forma de manutenção da hierarquia social vigente<sup>82</sup>.

Ao efetuarem a colonização, os portugueses levaram consigo esta visão de mundo. No entanto, ela foi modificada pela experiência colonial, sem perder a sua operacionalidade, pois continuava a orientar os comportamentos não só dos colonos portugueses e de seus descendentes, mas também das populações que foram integradas à sociedade colonial, como os índios e os africanos<sup>83</sup>.

Ao chegarem e se estabelecerem na América portuguesa, os lusitanos tentavam reproduzir seu *modus vivendi* e alcançar benefícios que poderiam ser utilizados como forma de adquirir um padrão de vida senhorial. João Fragoso, em estudo sobre a formação da elite no Rio de Janeiro, aponta as seguintes maneiras pelas quais as famílias podiam galgar melhores posições sociais: "a

<sup>80</sup> Ernesto J. A. MAEDER, *Misiones del Paraguay...* cit., p. 60.

<sup>81</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, «A estrutura social do Antigo Regime», in: *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 71.

<sup>82</sup> Idem, *Ibidem*, p. 74.

<sup>83</sup> Stuart SCHWARTZ, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp.109-210; Stuart SCHWARTZ, «Brazilian ethnogenesis: mestiços, mamelucos, and pardos»; in: Serge GRUZINSKI et. al. *Le nouveau monde: mondes nouveaux l'expérience américaine*, Paris, Editions Recherches sur les Civilisations; École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996, pp. 14-19; Hebe MATTOS, «A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica», in: João FRAGOSO; Maria Fernanda BICALHO; Maria de Fátima GOUVÊA, *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 143 e segs.

conquista, a administração real e a câmara municipal" <sup>84</sup>. A conquista territorial propiciava aos colonos a possibilidade de solicitar mercês reais, geralmente outorgadas pelo Rei. Em realidade, a própria gênese do sistema de mercês estava ligada à guerra e à conquista, uma vez que se originou no processo de reconquista de Portugal levada a cabo contra os mouros <sup>85</sup>. Para Fragoso, a conquista representava para as elites não apenas a possibilidade de solicitar mercês pelos serviços prestados, mas também acarretava a incorporação de terras e homens, no caso específico índios, a baixos custos, porque não foram comprados e sim tomados através de guerras <sup>86</sup>.

Seguindo em seu raciocínio sobre a constituição da elite senhorial no Rio de Janeiro, Fragoso argumenta que os aspectos até o momento elencados não seriam suficientes para estas famílias serem tidas como nobreza da terra, se elas não fossem assim reconhecidas pelos demais membros desta pretensa nobreza, assim como pelos estratos sociais de posição subalterna. Nesse sentido, o autor aponta como um dos principais meios deste reconhecimento a capacidade de estabelecer relações de reciprocidade com as populações indígenas. Note-se, no entanto, que a conquista e o estabelecimento de relações de reciprocidades são processos concomitantes e não subseqüentes, uma vez que a submissão das populações indígenas não seria possível de fazer-se apenas pela força <sup>87</sup>. Assim, os colonos que possuíssem a habilidade de se relacionar com os índios teriam já um importante ingrediente tanto na conquista como na construção de sua legitimidade social como pertencendo aos principais da terra.

Uma questão que deve ser ressaltada na relação com os indígenas, é que neste processo de estabelecimento de reciprocidades, muitas lideranças indígenas foram inseridas dentro do sistema de valores da sociedade colonial. Assim, como forma de conquistar os índios, suas lideranças foram fortalecidas pelos luso-brasileiros, através de, entre outras coisas, a concessão de títulos de distinção <sup>88</sup>.

Ao realizarem conquistas e/ou reconquistas territoriais, os colonos, em vários momentos da história colonial, elaboraram um discurso através do qual os seus respectivos feitos teriam se dado às expensas de seus patrimônios e esforço pessoal, o que lhes daria direito a determinados privilégios sociais. Ao analisar o imaginário da restauração pernambucana, Evaldo Cabral de Mello expõe como os colonos utilizaram a memória da restauração como forma de garantir a sua primazia na dominação política da capitania de Pernambuco <sup>89</sup>. Inclusive a questão da restauração ter sido feita à revelia do Rei se colocava como um ponto a mais na "nobreza" dos pernambucanos <sup>90</sup>.

Evidentemente, tanto Fragoso quanto Mello trabalhavam com situações bem diversas da apresentada neste texto, tanto no tempo quanto no espaço. Uma simples transposição da análise destes autores para o objeto deste escrito não seria pertinente. No entanto, acredito que estes trabalhos apontam para algumas questões que podem ser úteis para uma tentativa de compreensão da conquista das Missões de 1801. Os acontecimentos de 1801, remontam, em muitas das suas características, a situações de reconquista e reciprocidade com as populações indígenas ocorridas na América portuguesa ao longo da sua história.

Ao se lançarem à conquista das Missões, os colonos estavam agindo de acordo com a lógica de uma sociedade de Antigo Regime, ou seja, em busca tanto de benefícios materiais

---

<sup>84</sup> João FRAGOSO. «A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)», in: João FRAGOSO; Maria Fernanda BICALHO; Maria de Fátima GOUVÊA, *O Antigo Regime nos trópicos...* cit., p. 42.

<sup>85</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>86</sup> Idem, *Ibidem*, p. 42.

<sup>87</sup> Idem, *Ibidem*, p. 58.

<sup>88</sup> Maria Regina Celestino de ALMEIDA, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 150.

<sup>89</sup> Evaldo Cabral de MELLO, *Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 106.

<sup>90</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 109-110.

quanto de prestígio. Ao afirmarem que não agiram sob ordem de ninguém, estavam utilizando um discurso adequado aos fins pretendidos. No entanto, este tipo de argumentação não se explica apenas no discurso. De fato, a maioria dos processos de expansão das fronteiras durante o período colonial foi levado a cabo pelos colonos que, a partir de suas ações, reivindicavam determinados benefícios. Dessa forma, as características da conquista das Missões não a coloca como um processo ímpar mas, pelo contrário, a insere dentro de uma prática vigente de longa data na América portuguesa.

Por outro lado, as populações indígenas estavam inseridas na lógica das reciprocidades. Longe de terem solicitado a conquista foram, conforme já dito, sujeitos na construção de relacionamentos com os luso-brasileiros. E, estes relacionamentos, tinham uma forte carga simbólica. A adesão dos índios ao Rei Fidelíssimo deveria preceder o reconhecimento de muitos aspectos de sua organização social. Pressupunha a manutenção de suas lideranças e hierarquias, o prestígio a suas festividades, o uso da sua língua, etc. Dentre estes aspectos, talvez o uso do guarani seja um dos mais significativos, pois foi no idioma dos índios que se deram as negociações sobre a sua adesão aos portugueses.